



Senado aprova quarentena para ex-juízes e ex-promotores

Projeto que segue à Câmara regulamenta a questão, determinando que profissionais fiquem impedidos de advogar por 3 anos após deixarem cargo

Ex-magistrados e ex-integrantes do Ministério Público não poderão atuar na advocacia privada no prazo de três anos a partir do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração, determina projeto aprovado ontem no Plenário do Senado. A quarentena vale para o local onde eles exerciam suas funções, diz o texto, que segue para a Câmara dos Deputados.

Os profissionais também ficam impedidos de atuar em atividade que caracterize conflito de interesse ou uso de informação privilegiada.

Autor do projeto, o senador Ataídes Oliveira explica que o impedimento está previsto em uma emenda constitucional em vigor desde 2004. Porém, a falta de regulamentação da norma tem permitido abusos, afirma o parlamentar. **3**



Jonas Pereira/Agência Senado

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, na sessão de aprovação do projeto que regulamenta quarentena para ex-magistrados e ex-integrantes do MP

Aprovada exigência de indicação de retoque em foto publicitária



Roque de Sá/Agência Senado

O presidente da comissão, Ataídes Oliveira, e o vice, Airton Sandoval, durante a votação da proposta

A Comissão de Transparência aprovou ontem, em decisão final, um projeto determinando que fotografias publicitárias com retoques digitais em modelos deverão vir com tarja informativa sobre as alterações gráficas.

O autor da proposta, Gladson Cameli, considera a questão um problema de saúde pública. Para a relatora, Ana Amélia, o consumidor tem o direito de saber que a imagem na propaganda passou por ajustes, em um mundo onde “está estabelecida a ditadura da beleza”. O texto segue agora para a análise dos deputados. **7**



Pedro Franco/Agência Senado

Marta Suplicy, autora do projeto sobre planos de saúde, fala com Ronaldo Caiado

Novo Código Comercial pode melhorar ambiente de negócios, diz Ives Gandra

Para o jurista Ives Gandra Martins, da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, a reforma do Código Comercial poderá colocar o Brasil no mesmo nível dos Estados Unidos, da União Europeia e de alguns países emergentes, em termos de

relações comerciais. A nova legislação também deve melhorar o ambiente de negócios no país, disse ele, em audiência realizada ontem em São Paulo pela comissão temporária do Senado que está discutindo a reforma do código. **2**



Leo Barioni/Respectiva

Ives Gandra, Pedro Chaves e Márcio Shimomoto debatem em São Paulo o novo Código Comercial

Certificação de entidade filantrópica na área de saúde fica mais simples

Vai para a sanção o projeto que simplifica as regras para a certificação de entidade beneficente de assistência social. A proposta permite a comprovação da prestação de serviços com uma declaração do gestor local do SUS. **3**

Debatedores dizem que Fórum da Água atende grandes corporações

Entidades que vão participar do Fórum Alternativo da Água, que acontecerá simultaneamente ao Fórum Mundial da Água, dizem que o evento oficial é demanda de corporações que querem comercializar o recurso. **8**

Vai para Câmara nova regra para ressarcimento ao SUS

Projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos estabelece que serão os estados e os municípios que cobrarão dos planos de saúde quando seus segurados forem atendidos pela rede pública. Atualmente a cobrança do ressarcimento ao SUS é feita pela Agência Nacional de Saúde Suplementar. **4**

Projeto cria multa para quem fumar em carro na presença de criança

Diferença salarial entre homens e mulheres pode gerar multa imediata **6**

Jurista comemora revisão do Código Comercial

Segundo Ives Granda Martins, nova legislação para o setor deve melhorar o ambiente de negócios e colocar o Brasil no nível dos Estados Unidos e da União Europeia, em termos de relações comerciais

A REFORMA DO Código Comercial poderá colocar o Brasil no mesmo nível dos Estados Unidos, da União Europeia e de alguns países emergentes, em termos de relações comerciais. É o que afirma o jurista e presidente do Conselho Superior de Direito da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), Ives Gandra Martins, favorável à revisão da norma.

— Um conjunto de regras mais claras melhoraria também o ambiente de negócios no país, assegurando maior previsibilidade às relações comerciais e reduzindo a intervenção do Estado, disse o jurista, ao participar da quarta audiência pública da comissão temporária do Senado que está discutindo a reforma do código, prevista no PLS 487/2013.

Pedro Chaves (PRB-MS), relator da proposta, presidiu a reunião, realizada ontem na sede da FecomercioSP. Para o senador, a consolidação do novo código vai trazer menos burocracia aos empresários, maior segurança jurídica e maior competitividade de mercado.

Chaves observa que a mudança para essa legislação está pautada por eixos, que são discutidos no Congresso Nacional e nas audiências públicas. Pontos importantes na reforma do código são a modernização tecnológica, o



Chaves (3º à dir.), relator do novo código, preside reunião em São Paulo

fortalecimento de autorregulação e a desburocratização da vida empresarial.

— O novo código vai ajudar na celeridade dos procedimentos de abertura ou fechamento das empresas, agilizar a vida do setor produtivo, facilitando a geração de empregos e renda no país. Além de resolver o atraso que ultrapassa um século nessa legislação, o novo Código Comercial também chegará na hora em que o Brasil está retomando o crescimento — diz.

Também estiveram presentes o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), Manoel Calças, o jurista Fábio Ulhoa Coelho, empresários, advogados e outros representantes da Fecomercio.

Debates

Presidida por Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE), a Comissão Temporária para

a Reforma do Código Comercial iniciou os trabalhos em dezembro.

Estão previstas 14 audiências públicas, sendo 11 no Senado e 3 externas, em diferentes regiões do país (São Paulo, Pernambuco e Campo Grande) para debater o tema com especialistas, empresários e a população.

— O último Código Comercial é de 1850 e há muito tempo não atende às necessidades das inúmeras problemáticas existentes nas relações entre empresas, sócios instituições financeiras, entre outras. O Código Civil tratou as empresas da mesma forma como trata o consumidor, sendo que as relações são completamente diferentes — ressalta Pedro Chaves.

A previsão do senador é entregar o relatório final em junho.

Avança MP sobre conselhos de Refis dos estados

A comissão mista que analisa a Medida Provisória 816/2017 aprovou ontem texto com alterações do deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG). A MP cria três cargos em comissão para compor os conselhos de supervisão dos regimes de recuperação fiscal dos estados e do Distrito Federal, vinculados ao Ministério da Fazenda.

No relatório, Gonzaga acolheu emenda do deputado José Guimarães (PT-CE), que

impede a retirada de recursos das áreas de seguridade social, educação e segurança pública para cobrir os gastos com os cargos criados pela MP. Outras duas emendas foram rejeitadas pelo fato de terem objetivos semelhantes e já estarem contempladas no relatório, conforme Gonzaga.

Nenhum parlamentar quis discutir a MP na reunião da comissão, presidida pelo senador Elber Batalha (PSB-SE).

Segundo o governo, a MP

auxilia no cumprimento da lei que instituiu o Regime de Recuperação Fiscal para os estados e o Distrito Federal. Pela lei, os entes em situação de grave crise financeira que precisarem adotar medidas de ajuste para recuperar o equilíbrio fiscal poderão aderir ao regime. Para isso, eles terão de apresentar planos de recuperação fiscal que serão avaliados pelos conselhos de supervisão do regime de recuperação.

O objetivo da MP é viabilizar o funcionamento dos conselhos, que serão formados por três membros titulares e suplentes, com experiência profissional nas áreas de gestão financeira e de finanças públicas, recuperação judicial de empresas ou recuperação fiscal de entes públicos.

A MP será analisada pelos Plenários da Câmara e do Senado.



O presidente da comissão mista da MP, Elber, e o relator, Gonzaga

Da Agência Câmara

Eunício assina acordo e TV Senado digital chega ao Rio de Janeiro

O Rio de Janeiro será a próxima capital do país a ter sinal digital aberto da TV Senado, hoje já presente em 21 capitais brasileiras. Para concretizar o novo canal, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, assinou ontem o protocolo de intenções com o presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, Jorge Felipe, e assegurou a transmissão do trabalho dos vereadores por meio da multiprogramação.

— Essa é uma luta que se

estende há seis longos anos e graças à presteza, à atenção da administração do presidente Eunício, nós vimos transformado em realidade esse sonho do Parlamento da cidade do Rio de Janeiro.

Para Eunício Oliveira, além de proporcionar transparência na divulgação do trabalho legislativo e da atividade política, a parceria representa economia por meio da divisão dos custos operacionais.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Oficiais de justiça querem aprovação de porte de arma

Em reunião ontem com o presidente do Senado, Eunício Oliveira, e o vice-presidente da Casa, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), o presidente da Federação Sindical dos Oficiais de Justiça do Brasil, Edvaldo Lima Júnior,

e outros representantes da categoria defenderam a aprovação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/2007, que permite o porte de arma de fogo para seus integrantes.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Lotéricos pedem atualização das tarifas pagas pela Caixa

Depois de duas semanas aguardando um consenso para votação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 1/2018, que reajusta valores pagos pela Caixa aos permissionários lotéricos pelo recebimento de boletos e outros convênios,

representantes lotéricos de todo o país voltaram a se reunir ontem com o presidente do Senado, Eunício Oliveira para pedir o exame do projeto o mais rápido possível.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Frente agropecuária pleiteia análise de vetos à Lei do Funrural

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, recebeu ontem representantes da Frente Parlamentar da Agropecuária para tratar dos vetos à Lei 13.606/2018, que trata do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural). Os parlamentares querem

que Eunício marque sessão do Congresso para analisar o veto.

— O presidente foi receptivo — disse a deputada Tereza Cristina (DEM-MS), presidente da frente.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CDH Privatização do setor elétrico

9h Audiência interativa para debater a privatização do setor elétrico.

CRE Embaixada de Camarões

9h Entre 5 itens, análise da indicação de embaixadora para Camarões.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

11h Abre a pauta o PLS 252/2014, sobre práticas de construção sustentável.

CSF Doença renal

17h Audiência sobre pessoas com doença renal crônica e transplantadas renais.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Aprovada quarentena para ex-juiz e ex-promotor

Profissionais só poderão atuar na advocacia privada três anos após deixarem seus cargos, determina projeto do Senado aprovado pelo Plenário e que segue para a Câmara

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem um projeto que estabelece uma quarentena de três anos para que ex-juizes e ex-promotores atuem na advocacia privada. A proposta seguirá agora para exame da Câmara dos Deputados.

O PLS 341/2017 altera o Estatuto da Advocacia (Lei 8.906/1994) para proibir essa atuação profissional por ex-juizes e ex-promotores no prazo de três anos a partir do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração. Esse impedimento deverá valer para o juízo ou tribunal do qual se afastaram, estendendo-se a qualquer atividade que caracterize conflito de interesse ou utilização de informação privilegiada.

Na votação do projeto, foi mantida emenda apresentada



O presidente do Senado, Eunício Oliveira, conduz votação do texto que disciplina a atuação dos ex-servidores

por Ronaldo Caiado (DEM-GO), relator do texto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A alteração agrega ao texto original situações de conflito de interesse de servidores federais listadas na Lei 12.813, de 2013.

Assim, ex-juizes e ex-promo-

tores também ficam impedidos de divulgar ou usar informação privilegiada obtida em razão da atividade. Além disso, não poderão prestar qualquer tipo de serviço a pessoa física ou jurídica com quem tenham estabelecido relacionamento relevante em razão do exercício

do cargo, nem celebrar contratos de serviço, consultoria ou assessoramento com órgãos ou entidades em que tenham ocupado cargo ou exercido atividades similares.

Autor do projeto, Ataídes Oliveira (PSDB-TO) explica que a Emenda Constitucional 45, de

2004, proibiu que juizes e procuradores advogassem por três anos depois da aposentadoria ou da exoneração. No entanto, a falta de regulamentação da norma, passados 14 anos de vigência, vem permitindo abusos, ressaltou o senador.

Ataídes citou o caso do ex-procurador da República Marcelo Muller, que, ainda em processo de desligamento do Ministério Público, auxiliou os irmãos Joesley e Wesley Batista, do Grupo J&F Investimentos.

Votação em Plenário

O projeto já havia sido aprovado em decisão final pela CCJ, em dezembro de 2017. A proposta seguiria diretamente para a Câmara dos Deputados, mas houve recurso para apreciação do texto pelo Plenário do Senado.

Projeto simplifica certificação de filantrópicas

Projeto que simplifica as regras para a obtenção e renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas) foi aprovado ontem em Plenário. A proposta, do Poder Executivo, segue agora para sanção.

Hoje, para obter a certificação, a entidade deve ofertar a prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS) no percentual mínimo de 60% e apresentar o contrato, convênio ou instrumento congênere com o SUS. Com o PLC 187/2017, a comprovação da prestação de serviços das filantrópicas poderá ser feita com uma declaração do gestor local do SUS, flexibilizando uma exigência documental que não consegue ser cumprida por 45% das entidades, apesar de efetivamente auxiliarem o sistema público de saúde. A proposta permite a comprovação nos processos de concessão e a renovação de certificação com requerimentos protocolados até 31 de dezembro de 2018, relativos ao exercício de 2017.

O relator, Dalírio Beber (PSDB-SC), disse que o texto é

de extrema importância, diante das dificuldades que vivem as entidades beneficentes, em especial os hospitais filantrópicos. Para Marta Suplicy (PMDB-SP), o grande mérito do projeto é simplificar o processo de certificação.

Improbidade

Na opinião de Humberto Costa (PT-PE), o projeto ajuda a resolver uma questão precária, dando segurança jurídica às entidades e aos gestores públicos. Ronaldo Caiado (DEM-GO) disse que todos conhecem a importância das Santas Casas e José Serra (PSDB-SP) afirmou que quase 20% dos municípios dependem do atendimento de um hospital beneficente.

O projeto contém dispositivo caracterizando como ato de improbidade administrativa do gestor do SUS a transferência de recursos às entidades sem celebração prévia de contrato, convênio ou instrumento congênere. Para as situações futuras, a proposta determina que, no caso dos serviços prestados sem contrato em casos

passíveis de indeferimento ou cancelamento da certificação, o Ministério da Saúde deverá informar os órgãos de controle dos indícios da irregularidade praticada pelo gestor do SUS.

A comprovação, via declaração do gestor do SUS, valerá ainda para as instituições que prestem serviços de atenção em regime residencial e transitório a dependentes químicos, incluídas as comunidades terapêuticas, com ou sem contraprestação do usuário dos serviços.

Vantagens

A certificação das filantrópicas, regulada pela Lei 12.101/2009, é a que reconhece uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos como sendo de assistência social e permite a elas a isenção de pagamentos das contribuições para a seguridade social. Com o Cebas, as entidades podem celebrar convênios com o poder público, obter subvenções sociais (repasses para cobrir despesas de custeio) e até obter desconto na conta de energia elétrica.

Senadores cobram do STF decisão sobre prisão em segunda instância

Senadores pediram no Plenário que o Supremo Tribunal Federal (STF) leve a julgamento a possibilidade de prisão de condenados em segunda instância, que afeta diretamente o processo do ex-presidente Lula.

Lindbergh Farias (PT-RJ) citou decisão do ministro Gilmar Mendes, do STF, que barrou liminarmente a execução da pena de quatro réus condenados em segunda instância, para cobrar do tribunal que pautar o tema.

Segundo o senador, já há uma maioria estabelecida de ministros que vão votar de acordo com a Constituição: ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença.

— Casuísmo é usar a justificativa de Lula e não pautar. É quase obstrução parlamentar.

Roberto Requião (PMDB-PR) lembrou ser o autor de um projeto que consagra a prisão em segunda instância (PLS 402/2015) e afirmou, ao cobrar uma posição do STF e

do Senado, não estar fazendo a defesa de Lula, mas a defesa do direito no Brasil.

Jorge Viana (PT-AC) disse que Lula é vítima de uma ação dirigida pelo Judiciário, mas que esse não é o ponto em discussão:

— A discussão que estamos fazendo no Senado é se o Plenário do Supremo tem o direito de se calar sobre uma matéria que envolve milhares de brasileiros, talvez por influência externa.

Para Kátia Abreu (sem partido-TO), o STF não tem o poder de mudar a Constituição, que prevê a prisão apenas depois do trânsito em julgado.

Renan Calheiros (PMDB-AL) disse que o Congresso não pode concordar com o que classificou de absurdo contra Lula. Em sua avaliação, o Supremo mudou a interpretação em relação à prisão em segunda instância.

José Medeiros (Pode-MT) disse que o episódio de Lula revela quão grave é relativizar o poder de uma Constituição.

RÁPIDAS

APROVADA INDICAÇÃO DE JOÃO ANDRÉ LIMA PARA EMBAIXADA EM EL SALVADOR

A indicação de João André Lima para o cargo de embaixador do Brasil em El Salvador foi aprovada em Plenário ontem. O diplomata é formado em direito pela Universidade de Brasília e integra o Itamaraty desde 1983. Em sabatina da Comissão de Relações Exteriores (CRE), na quinta-feira, Lima ressaltou que as relações Brasil-El Salvador estão "perfeitamente normalizadas", após um período "delicado, de algum esfriamento em maio de 2016". Isso porque o governo salvadorenho afirmou, na época, não reconhecer a administração de Michel Temer, que seria "fruto de um golpe". Segundo Lima, a reaproximação consolidou-se após a retomada do grupo de cooperação técnica entre os dois países.

RANDOLFE ENTRA COM REPRESENTAÇÃO NO MINISTÉRIO PÚBLICO CONTRA TEMER

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) informou ao Plenário que entrou com uma representação na Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o presidente Michel Temer e o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, pelos crimes de abuso de autoridade e obstrução da Justiça. O senador também denunciou o ministro ao Supremo Tribunal Federal por crime de responsabilidade.

Foi uma reação de Randolfe a declarações de Marun, que criticou a decisão de Luís Roberto Barroso, ministro do STF, sobre o decreto do indulto de Natal assinado por Temer. Para o senador, Marun ameaçou Barroso:

— Uma ameaça ao ministro, ao Poder Judiciário e ao equilíbrio entre os Poderes.

SENADO DEVE CRIAR CPI PARA INVESTIGAR OS JUROS DO CARTÃO DE CRÉDITO

O Senado deve ter uma CPI para investigar os juros cobrados pelas empresas operadoras de cartões de crédito. O requerimento de Ataídes Oliveira (PSDB-TO) para a criação da CPI, com as assinaturas de mais 35 senadores, foi lido em Plenário ontem pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira.

Segundo Ataídes, em 2016, uma companhia de cartão de crédito chegou a cobrar 850% ao ano de juros no crédito rotativo do cartão. Na época, a taxa básica de juros estava em 14,25%.

Para o senador, o Congresso já deveria ter colocado um freio nessa situação e não pode continuar em silêncio.

SESSÃO VAI HOMENAGEAR ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS

O Senado vai realizar em maio uma sessão especial em comemoração aos 40 anos da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB). O requerimento, do senador Cristovam Buarque (PPS-DF), foi aprovado ontem pelo Plenário.

A ADUnB foi fundada em maio de 1978, com o objetivo de defender os direitos e os interesses dos docentes da UnB. A associação conta com 2,5 mil associados.

Também foi aprovado um requerimento do senador Hélio José (Pros-DF) para a realização de uma sessão especial pelo Dia Nacional do Líder Comunitário. Comemorado em 5 de maio, o dia foi instituído pela Lei 11.287. As sessões ainda não têm datas marcadas.



À mesa, Marta Suplicy e Ronaldo Caiado conduzem reunião em que projeto sobre ressarcimento foi aprovado

Aprovada nova regra para ressarcimentos ao SUS

Hoje é a ANS que cobra planos de saúde quando clientes são atendidos pela rede pública. Pela proposta que foi aprovada ontem e agora vai para a Câmara, estados e municípios poderão fazer a cobrança

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem um projeto de lei que descentraliza o pagamento que os planos privados de saúde fazem ao Sistema Único de Saúde (SUS) quando seus clientes são atendidos pela rede pública (PLS 308/2015). A proposta, de Marta Suplicy (PMDB-SP), vai agora para a Câmara.

A Lei dos Planos de Saúde (Lei 9.656) determina que a restituição do valor deve ser feita ao Fundo Nacional de Saúde. O projeto altera esse modelo, estabelecendo duas alternativas.

A primeira opção, fruto de uma emenda de Ataídes Oliveira (PSDB-TO), prevê a destinação de 80% dos recursos ao fundo municipal ou estadual, conforme a origem do serviço de saúde onde ocorreu o atendimento.

A segunda opção prevê que o valor total será repassado ao fundo do ente federado que prestou o serviço. Essa alternativa, porém, só poderá ser escolhida pelo estado ou pelo município que, através de convênio com a União, assumir o

ônus da cobrança da dívida, inclusive por meio judicial. Hoje a responsabilidade cabe à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Para Marta, a descentralização no ressarcimento trará mais eficiência à fiscalização, pois as redes municipais e estaduais buscarão esses recursos “com muito mais afinco”.

A senadora citou um estudo do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) que mostra que os planos privados conseguem desviar 76% dos recursos que deveriam ser destinados ao Fundo Nacional de Saúde.

— É alarmante o que estamos vivendo hoje. Bilhões de reais são desviados da saúde pública, recursos que fazem muita falta a esses entes federados — disse.

Investigação

Paulo Paim (PT-RS) chamou de “absurdo e vergonhoso” o atual quadro, uma vez que a dívida declarada dos planos privados com o SUS atinge pelo menos R\$ 5,6 bilhões.

— Dados da Pesquisa Nacional de Saúde [do IBGE]

indicam que cerca de 15% dos atendimentos vinculados a planos privados na verdade são arcados totalmente pela rede SUS. O ressarcimento do SUS virou uma esculhambação. A situação merece investigações bem mais profundas — afirmou Paim.

Cidinho Santos (PR-MT) disse que especialmente nos municípios do interior é “extremamente comum” que segurados de planos privados sejam atendidos só na rede pública.

— Existem cidades onde todo mundo tem plano de saúde, graças a vínculos de emprego. Mas de que adianta o convênio, se o atendimento privado mais próximo fica a cem quilômetros de distância? — questionou.

Para o relator do projeto, Ronaldo Caiado (DEM-GO), o novo modelo é muito mais justo.

— Acredito que será bem mais efetivo. Hoje as redes municipais estão sendo sobrecarregadas, pois a participação da União no financiamento da saúde vem caindo gradualmente desde a década de 1990.

Empresas podem ter que pagar exames de diabetes

Os empregadores deverão arcar com exames de rastreamento do diabetes em seus funcionários quando houver recomendação médica. É o que estabelece projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O PLS 380/2016, de Ronaldo Caiado (DEM-GO), pode seguir para a Câmara se não houver recurso.

O senador afirmou que o Brasil precisa adotar estratégias mais efetivas de combate ao diabetes. Ele citou um estudo recente da Universidade de São Paulo (USP) segundo o qual cerca de 42% dos óbitos no Brasil apresentam relação com a doença. O diabetes possui caráter epidêmico, em parte por ser assintomático em muitos casos, e também devi-

do ao estilo de vida moderno.

— Aparece como causa mortis o infarto, o AVC, a insuficiência renal, a trombose, mas a causa determinante foi o diabetes crônico. O mesmo se dá para muitos casos de amputações e de cegueira. O Brasil precisa escancarar o enfrentamento ao diabetes no poder público e também aumentar a conscientização quanto ao problema.

O senador Dalírio Beber (PSDB-SC) apoiou a proposta, lembrando que entidades de assistência já estão firmando parcerias com empresas para detectar a doença. O objetivo é evitar consequências negativas aos empregadores, visto que o agravamento da enfermidade aumenta as ausências ao trabalho e pode refletir em

quedas de produtividade.

Cidinho Santos (PR-MT) também votou a favor, mas defendeu que só o SUS deveria arcar com os exames. Para ele, a proposta cria mais um ônus aos empregadores e pode acabar estigmatizando, no mercado de trabalho, quem tem diabetes.

Cidinho destacou que o projeto também incumbe ao poder público implementar políticas de prevenção e diagnóstico precoce da doença e que a detecção tempestiva ajudará os trabalhadores.

O relator, Paulo Paim (PT-RS), ressaltou a amplitude da proposta, por prever a adoção de estratégias de enfrentamento ao diabetes tanto pelo poder público quanto pelo setor privado.

Debatedores elogiam MP que beneficia empresas de tecnologia

Em audiência pública promovida ontem pela comissão mista que analisa a Medida Provisória 810/2017, representantes de institutos de pesquisa elogiaram o texto que, entre outras mudanças, amplia o prazo para que empresas do setor de informática cumpram as metas de investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D).

Pela medida provisória, empresas do setor beneficiadas por incentivos fiscais atrelados a investimentos em P&D terão até 48 meses para reinvestir os valores não aplicados. O prazo anterior era de três meses.

Vice-presidente do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD), Alberto Paradisi destacou o dispositivo da MP 810 que autoriza empresas do setor a contratarem auditoria independente para analisar o demonstrativo de aplicação em P&D. Até a edição da medida provisória, isso era feito pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Paradisi acredita que essa mudança favorece a agilidade sem perda de qualidade.

Startups

Outro ponto elogiado é a possibilidade de os institutos firmarem parceria com as chamadas *startups* — empresas em fase inicial, normalmente de base tecnológica.

— Às vezes ficamos muito ligados a linhas de pesquisa de grandes empresas, mas as pequenas empresas de inovação, as *startups*, têm um papel extremamente importante — disse o representante do Instituto Eldorado, José

Eduardo Bertuzzo.

Ele explicou que, antes da MP 810, qualquer projeto só podia terceirizar até 20% de tudo que é desenvolvido.

Relator da MP no colegiado, o deputado Thiago Peixoto (PSD-GO) ressaltou dado apresentado por Bertuzzo dando conta de que nos Estados Unidos quase 90 milhões de empregos foram gerados nos últimos 30 anos por meio do apoio do governo às *startups*.

Pesquisa

Representando a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), Marcelo Pereira também elogiou a medida provisória e destacou que, pelo texto, empresas com faturamento de até R\$ 30 milhões anuais não precisarão investir no Fundo para Ciência e Tecnologia.

Já o senador Omar Aziz (PSD-AM) sustentou que tão ou mais importante do que resolver dívidas das empresas é conhecer o que vem sendo criado no país em termos de produtos, tecnologias e empregos. Omar propôs que as universidades públicas possam também receber investimentos em P&D.

— A inteligência brasileira está dentro das universidades. Precisamos fazer o jovem tomar gosto pela área de tecnologia.

Ele sugeriu que 1% dos recursos aplicados em P&D seja direcionado às universidades públicas. E no Amazonas, onde as empresas investem 5%, as universidades do estado recebem 2%.

A comissão é presidida pelo senador Paulo Rocha (PT-PA).

Da Agência Câmara



Paradisi, do CPqD, fala em audiência dirigida por Paulo Rocha (C)

Trabalhador poderá levar filho ao médico sem desconto no salário

Foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) um projeto que permite ao trabalhador ausentar-se do trabalho por até dois dias a cada seis meses para acompanhar filho menor de idade a consultas médicas (PLS 92/2017). A proposta vai agora para a Câmara.

Pelo texto, de Rose de Freitas (PMDB-ES), fica proibido o desconto no salário a partir da apresentação dos atestados da realização das consultas.

O relator foi Paulo Paim (PT-RS), que considerou a lei atual tímida, por prever apenas um dia ao ano e somente quando o filho tiver até 6 anos.

Diferença salarial por sexo ou etnia pode ser penalizada

Patrões que pagarem salários diferentes para homens e mulheres ou brancos e negros na mesma função podem receber multa imediata e entrar em “lista suja”. Hoje pena depende de processo judicial

PROJETO QUE ESTABELECE multa para os empregadores que praticarem discriminação salarial por motivo de sexo ou etnia foi aprovado ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH). A proposta segue para análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Do senador Lindbergh Farias (PT-RJ), o PLS 33/2018 altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e impõe multa administrativa ao empregador que for flagrado pela fiscalização do trabalho praticando diferenciação, por exemplo, entre homens e mulheres ou entre brancos e negros na mesma função. A multa será de 50% do valor máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

O projeto ainda prevê punição dobrada ao empregador reincidente e diminuição do

valor da multa pela metade no caso de pequenas e micro-empresas, além da criação de cadastro de empregadores que praticarem discriminação salarial contra mulheres e negros, uma espécie de “lista suja”.

Efetividade

Hoje a legislação já veda esse tipo de discriminação e prevê multa em favor do empregado discriminado. Lindbergh destaca, entretanto, que a proposta busca dar mais efetividade no combate à discriminação salarial, já que hoje a multa depende de um processo na Justiça. O projeto prevê multa administrativa imediata, o que, disse, desestimulará o empregador “a violar a igualdade de tratamento salarial devida a todos que exercem idêntica função”. O senador argumenta que, em virtude da morosidade

do Judiciário, a previsão não tem sido suficiente para inibir a conduta.

Dados do IBGE mostram que a renda da mulher no Brasil equivale a 75% da renda do homem, mesmo que elas sejam maioria entre os trabalhadores com formação superior. A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) foi a relatora do projeto.

— Já na Constituição nós tínhamos a determinação de que homens e mulheres deveriam ganhar os mesmos salários ao desempenharem as mesmas funções, mas, infelizmente, o preconceito, o machismo e a sociedade patriarcal ainda privam as mulheres de estar em igualdade de condições com os homens.

A CDH também aprovou sete requerimentos de audiências públicas. Um dos assuntos será o processo eleitoral de 2018.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Relatora, Kátia Abreu apoia regulamentação da adoção direta no país

Comissão aprova projeto que facilita processo de adoção

Projeto que facilita o processo de adoção foi aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). Do senador Aécio Neves (PSDB-MG), o texto torna legal a adoção direta, também conhecida por adoção *intuitu personae*, quando os pais biológicos indicam quem receberá a guarda da criança ou quando o adotante manifesta vontade de adotar criança maior de 2 anos com quem já tem relação de afeto.

O PLS 369/2016 altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, acrescentando a situação às exceções previstas para dispensa de cadastramento prévio de quem deseja adotar. Ao longo do processo, o candidato deverá comprovar que preenche os requisitos necessários e terá que se submeter ao procedimento de habilitação de pretendentes à adoção. A nova regra não se aplicará à adoção por estrangeiros.

Ao justificar a proposta, Aécio alegou que uma lei sobre

o tema dará mais segurança jurídica a instituto que hoje é controverso e, embora praticado, é feito sem previsão formal que o ampare.

Relatora na CDH, Kátia Abreu (sem partido-TO) explicou no parecer que, embora haja jurisprudência favorável à adoção direta, a doutrina não é pacífica sobre o tema.

— O projeto trata de uma questão importante, não prevista na lei, e que pode evitar que crianças sejam jogadas no lixo, em terrenos baldios, que sejam colocadas nas portas de pessoas. Se a mãe constatar a gravidez indesejada, ela, sabendo para quem vai fazer a adoção, talvez fique mais tranquila, tenha uma gravidez melhor e não faça nenhuma maldade com o bebê — disse.

O projeto foi aprovado com emenda de redação e será analisado em decisão final pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Se não houver recurso para votação em Plenário, a proposta seguirá para a Câmara.



Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Regina Sousa preside a reunião em que a proposta foi aprovada

Avança reforma do Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem um projeto que cria a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas e reformula o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. O PLC 144/2017 foi aprovado com emenda de redação da relatora, Kátia Abreu (sem partido-TO), e segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Para a senadora, o texto propõe soluções para o enfrentamento de um grave problema.

De acordo com o relatório *Anuário Brasileiro da Segurança Pública*, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Brasil registrou 71,8 mil notificações de desaparecimentos em 2016. Em 10 anos, ao menos 693 mil pessoas foram dadas como desaparecidas.

A proposta, do deputado Duarte Nogueira (PSDB-SP), prevê o desenvolvimento de programas de inteligência e articulação entre órgãos de segurança desde o desaparecimento até a localização da

pessoa.

Há previsão ainda de divulgação de informações sobre desaparecidos e investimento em pesquisa e em capacitação de agentes públicos.

Bancos de dados

O novo cadastro terá um banco de informações públicas (de livre acesso na internet), com informações básicas sobre a pessoa desaparecida, e dois bancos de informações sigilosas: um deles com informações detalhadas sobre

o desaparecido e o outro com informações genéticas da pessoa e seus familiares.

Hospitais, clínicas e albergues deverão informar às autoridades o ingresso de pessoas sem identificação. O governo poderá fazer convênios com emissoras de rádio e TV para a transmissão de alertas de desaparecimento.

O projeto determina também que, ao ser informada de desaparecimento, a autoridade incluirá todos os dados no cadastro nacional. As informa-

ções também serão inseridas em outros bancos de dados, como a Rede de Integração Nacional de Segurança Pública ou outro sistema nacional. Se envolver criança, adolescente ou vulnerável, a investigação começará imediatamente após a notificação.

Para a relatora, a sincronização e o compartilhamento de dados e de experiências entre os órgãos do sistema de segurança são premissas importantes para a resolução de casos de pessoas desaparecidas.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burlé
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Foto publicitária poderá ter alerta sobre retoque

Segue para a Câmara projeto que determina a indicação de ajustes digitais em imagens de modelos. Para o autor, Gladson Cameli, padrão irreal de beleza afeta a saúde pública

FOTOGRAFIAS PUBLICITÁRIAS COM retoques digitais em modelos poderão vir com tarja informativa sobre as alterações gráficas. É o que determina projeto aprovado ontem na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), em decisão final.

Se não houver recurso para deliberação em Plenário, a proposta segue para a Câmara dos Deputados.



À mesa, Ataídes Oliveira, presidente da Comissão de Transparência, e Aírton Sandoval, vice, durante sessão em que proposta foi aprovada ontem

Alteração

O PLS 439/2017 altera o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990) obrigando marcas e publicações a apresentarem tarja com a frase “fotografia retocada”. O projeto, de Gladson Cameli (PP-AC), vale para toda alteração gráfica em imagens de modelos, com exceção de retoques digitais de cabelos e de remoção de manchas na pele.

O autor da proposta considera a questão do padrão irreal, manipulado de beleza um problema de saúde pública.

Na França, desde outubro de 2017, vigora uma lei que obriga estampar a informação sobre os retoques em fotografias publicitárias. O não cumprimento da norma pode gerar multas de até 37 mil euros.

Diferentemente da legislação francesa, contudo, o projeto de Cameli não prevê punições para o descumprimento da medida.

Silhueta

A relatora, Ana Amélia (PP-RS), afirmou que o consumidor tem o direito de saber que a imagem na propaganda

passou por ajustes.

— A ditadura da beleza hoje está estabelecida no mundo, e leva as empresas que operam com produtos de beleza a criarem uma imagem de que, usando aquilo, a pessoa vai ficar maravilhosa, vai rejuvenescer 20 anos — disse a senadora.

Ana Amélia apresentou

emenda ao texto propondo a substituição da frase “fotografia retocada” por “silhueta(s) retocada(s)” que, em sua opinião, expressa e informa de maneira mais apropriada o tipo de problema para o qual a norma visa alertar os consumidores, que é a manipulação digital da estrutura corporal das pessoas.

Comissão aprova projeto que proíbe telemarketing abusivo

O telemarketing ativo — quando a operadora liga para o cliente ou possível consumidor oferecendo serviços ou produtos — terá que obedecer a regras de horário e comportamento para não ser considerado abusivo. A medida é prevista em projeto aprovado ontem pela Comissão de Transparência e Defesa do

Consumidor (CTFC).

O PLS 48/2018 foi aprovado em decisão final do Senado e, caso não haja recurso para apreciação em Plenário, seguirá para análise da Câmara dos Deputados.

Segundo Roberto Muniz (PP-BA), autor do projeto, o objetivo é evitar excessos nesse tipo de contato. A proposta

proíbe a realização de mais de três telefonemas para o mesmo consumidor no mesmo dia.

O texto, relatado por Armando Monteiro (PTB-PE), prevê uma série de regras para as empresas do setor, como a que limita o horário para ligações das 10h às 21h horas, de segunda a sexta-feira, e de 10h às 13h, aos sábados, e a que proíbe o

telemarketing ativo a partir de número que não possa receber chamadas de retorno.

Outra norma exige a imediata identificação do operador do telemarketing e do nome da empresa que ele representa, seguida da manifestação da vontade do consumidor de prosseguir ou não o atendimento. Pelo projeto, que

altera o Código de Defesa do Consumidor, o cliente passa a ter o direito de utilizar um canal direto e facilitado para manifestação de aprovação ou cancelamento sobre produtos e serviços oferecidos.

Os fornecedores não poderão repetir a oferta ao consumidor que já tenha recusado a proposta anteriormente.



Humberto pede análise de prisão após condenação em 2ª instância

Humberto Costa (PT-PE) criticou o Supremo Tribunal Federal (STF) por não colocar em pauta a questão da prisão após condenação em segunda instância. Ele pediu ao presidente do Senado, Eunício Oliveira, que leve ao STF esse questionamento.

Humberto disse que o assunto interessa diretamente ao ex-presidente Lula, mas que muitas outras pessoas se encontram na mesma situação.

— Para mais de três mil apenados em todo o Brasil ainda não há uma decisão de mérito definitiva.



Paim elogia o tema da Campanha da Fraternidade

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) acertou ao escolher o combate à violência como tema da Campanha da Fraternidade de 2018, elogiou Paulo Paim (PT-RS).

— Com o lema “Vós sois todos irmãos”, a Igreja Católica busca chamar a atenção da população e mobilizá-la na busca de soluções para a insegurança dos cidadãos.

Para Paim, a violência está em todos os espaços e não poupa ninguém. Segundo ele, é importante buscar adotar uma cultura de paz e praticar atos de compreensão.



Ferraço defende novas políticas para proteção às mulheres

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) pediu soluções definitivas para o feminicídio no Brasil. O senador disse que 12 mulheres são assassinadas em média por dia no país, segundo dados oficiais relativos a 2017, e que esse número representa um aumento de quase 7% em relação a 2016. Dos cerca de 4.200 homicídios dolosos, apenas 533 casos foram classificados como feminicídio, segundo Ferraço.

O senador defendeu a padronização dos registros dos crimes no país e a elaboração de políticas de proteção às mulheres.

Ângela cobra enquadramento de servidores federais em RR

Ângela Portela (PDT-RR) cobrou do Ministério do Planejamento a publicação de uma portaria com o enquadramento dos servidores federais lotados na secretaria de Segurança Pública do estado, na carreira de policial civil.

Segundo a senadora, estes funcionários têm direito de assumir cargos policiais desde a promulgação da Emenda Constitucional 79/2014.

Ângela afirmou que muitos deles estão doentes pela falta da concessão, que deveria ter sido feita há mais de 30 anos.



Para Fátima, Lula é perseguido pela imprensa e pelo Judiciário

Segundo Fátima Bezerra (PT-RN), o ex-presidente Lula foi condenado sem provas, num processo de natureza exclusivamente política e sofre perseguição por parte de meios de comunicação e setores do Judiciário. Ela cobrou uma posição do Senado a favor da democracia e da Constituição.

Para a senadora, a tentativa de impedir a candidatura de Lula é motivo de indignação para o povo que, segundo ela, reconhece o trabalho de inclusão social que o ex-presidente desenvolveu em dois mandatos.

Evento paralelo critica Fórum Mundial da Água

Entidades que promovem encontro alternativo defendem acesso universal a água e saneamento e dizem que o fórum oficial prestigia as grandes corporações e o comércio

REPRESENTANTES DE ENTIDADES que vão participar do Fórum Alternativo Mundial da Água debateram ontem as visões e os objetivos do evento, que busca se contrapor ao Fórum Mundial da Água. O debate foi promovido pela subcomissão temporária criada na Comissão de Relações Exteriores (CRE) para acompanhar e participar do encontro oficial.

O 8º Fórum Mundial da Água (FMA 2018), organizado pelo Conselho Mundial da Água, será realizado de 18 a 23 de março. Já o Fórum Alternativo Mundial da Água (Fama 2018) ocorre de 17 a 22 de março. Ambos serão em Brasília.

Os debatedores chamaram o evento oficial de “fórum das corporações” e afirmaram que as mais de 5 mil pessoas que participarão do fórum alternativo acreditam que a água é um direito humano, não uma mercadoria. Para ele, grandes corporações como Coca-Cola e Nestlé querem controlar o acesso à água e comercializá-

-la em todo o mundo, pois não entendem que a água pertence a todos os seres humanos.

— Acreditamos que a água não é uma mercadoria, é um direito humano, pois é essencial à vida — disse o coordenador nacional do Movimento Atingidos por Barragens (MAB), Iury Paulino.

Ele informou que o Fama terá a participação de mais de cem pessoas de diversos países e um grande acampamento com capacidade de abrigar 5 mil participantes. Paulino disse que haverá dezenas de atividades na Universidade de Brasília (UnB) ligadas ao fórum alternativo.

A representante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), Francinete Pereira da Cruz afirmou que, para as comunidades tradicionais, a água é tão importante quanto seus territórios, suas terras.

Já o representante da ONG Cáritas Brasileira, João Paulo Couto, informou que o Fama



Jorge Viana (C) preside audiência na Subcomissão Temporária do Fórum Mundial sobre o direito à água

será encerrado no dia 22 de março com uma grande passeata pelas ruas centrais de Brasília.

Segundo o assessor de Saneamento da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), Edson Aparecido da Silva, participarão do evento alternativo mais de 30 organizações e movimentos da cidade, do campo, de igrejas,

de mulheres, de pescadores, de quilombolas, de atingidos por barragens, sindicatos e muitos outros.

A secretária de Meio Ambiente da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares (Contag), Rosmari Barbosa Malheiros, disse que a agricultura familiar defende e luta pela água há muito tempo.

— Somos os verdadeiros

guardiões das nascentes dos rios — disse.

A subcomissão temporária é presidida por Jorge Viana (PT-AC), vice-presidente da CRE.

Fernando Collor (PTC-AL), presidente da CRE, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Regina Sousa (PT-PI), Fátima Bezerra (PT-RN), Roberto Muniz (PP-BA) e Ana Amélia (PP-RS) também participaram do debate.

Municípios do Baixo Parnaíba poderão ser incluídos no semiárido nordestino

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou projeto que inclui os 16 municípios do Baixo Parnaíba, no Maranhão, na região do semiárido nordestino. O PLC 69/2017 segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A proposta insere esses municípios entre os beneficiados pela Lei 7.827/1989, que regulamenta os Fundos Constitucionais do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO). Segundo o relator, João Alberto Souza (PMDB-MA), a mudança climática observada no Baixo Parnaíba justifica a medida.

“Nos últimos anos, o clima na região do Baixo Parnaíba sofreu alterações decorrentes da mudança no perfil de ocupação do solo. A agricultura familiar de subsistência foi substituída pelo cultivo



João Alberto relatou o projeto, que segue para outra comissão

comercial em grande escala, principalmente de soja e eucalipto. Com isso, o regime pluviométrico sofreu alterações, sendo cada vez mais frequente a ocorrência de eventos típicos do clima seco, como o aumento da temperatura e a redução das chuvas”, explica João Alberto no relatório.

Desertificação

O relator destacou o processo de desertificação e savanização, por causa da mudança no padrão do uso da terra, observado no Baixo Parnaíba.

A região engloba uma área com quase 20 milhões de quilômetros quadrados e que

abriga mais de 410 mil habitantes, dos quais 53% vivem na área rural.

“O desmatamento provocado pela nova atividade impactou fortemente os cursos d’água da região, tornando temporários alguns rios antes perenes”, acrescenta o relator.

João Alberto destacou o alcance econômico, social e ambiental do projeto e disse acreditar que a inclusão da região no semiárido vai viabilizar ações que evitem o avanço da desertificação.

Empreendimento

Também foi aprovado requerimento de audiência

sobre o Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal (PRO-DF). De acordo com o autor do pedido, Hélio José (Pros-DF), o Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) divulgou recentemente auditoria feita pelo órgão e os resultados atingidos pelo programa foram considerados “desastrosos”, mostrando-se “não sustentável”.

Serão convidados, entre outros, a presidente do TCDF, Anilcéia Machado, e o secretário de Economia, Desenvolvimento, Inovação, Ciência e Tecnologia do DF, Antônio Valdir Oliveira Filho.

Marta defende preservação dos recursos hídricos

A importância do Fórum Mundial da Água foi ressaltada por Marta Suplicy (PMDB-SP), que cobrou mais empenho no debate sobre a preservação dos recursos hídricos. Segundo as estatísticas apresentadas pela senadora, a água disponível no planeta é extremamente limitada e a distribuição é desigual, o que expõe grande parte do mundo à ameaça de escassez hídrica.

— O Brasil, para piorar a situação, registra elevado desperdício nas redes de distribuição. A dependência do regime de chuvas no país põe em risco atividades essenciais para a economia, como a agricultura e a geração de energia elétrica.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Medeiros critica a cassação da licença de balneários

A cassação da licença de exploração para o turismo em balneários próximos a Rondonópolis, em Mato Grosso, foi criticada por José Medeiros (Pode-MT). Segundo o senador, a licença de uso dessa região foi suspensa pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Medeiros disse que os balneários estão em funcionamento há mais de 40 anos, e que a medida resultará em demissões. Segundo ele, a unidade do DNPM em Cuiabá declarou que só dará autorização provisória para funcionamento se o Ministério Público se posicionar.

— O que o Ministério Público tem a ver com funções inerentes ao Executivo? — indagou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Gurgacz destaca avanços na cultura do café em Rondônia

Rondônia tem apresentado avanços na cafeicultura, segundo Acir Gurgacz (PDT-RO). O estado é o segundo maior produtor da variedade Conilon e já tem uma variedade própria, o café BRS Ouro Preto, destacou o senador. A expectativa é de que a safra atinja 400 mil sacas até 2020.

— O café, uma cultura que estava em baixa em Rondônia, com quedas anuais até 2010, voltou com força por conta de um trabalho integrado de assistência técnica, políticas públicas para os agricultores e crédito facilitado.

Gurgacz registrou que, no início de 2018, foi regulamentado o Fundo de Apoio à Cultura do Café em Rondônia. Parte dos impostos de industrialização fomentará o aprimoramento genético, a qualidade e a produtividade do café.

Fátima pede mais segurança para o Rio Grande do Norte

Fátima Bezerra (PT-RN) lamentou que o Rio Grande do Norte não esteja entre os estados que receberão crédito do BNDES para a segurança pública. Segundo a senadora, o local é um dos mais afetados pela violência urbana.

Fátima citou relatório de uma ONG mexicana que aponta Natal como a capital mais violenta do Brasil. Entre 2015 e 2017, o Rio Grande do Norte registrou mais de 6 mil homicídios, disse. Ela questionou a justificativa do governo federal para negar os recursos para a segurança do estado: a falta de saúde financeira do Rio Grande do Norte.

— Essa política de austeridade, onde o que prevalece são os números, é suicida. Para quê? Para encher os cofres dos empresários em detrimento da qualidade de vida da população.